

Ressurreição dos mortos e imortalidade da alma: um diálogo entre a perspectiva catequética e a escatologia de Joseph Ratzinger

*Resurrection from the Dead and Immortality of the Soul:
a Dialogue Between the Catechetical Perspective
and the Eschatology of Joseph Ratzinger*

ANTONIO LUIZ CATELAN FERREIRA*

THALES MACIEL PEREIRA**

Resumo: Este artigo expõe a compreensão da catequese católica a respeito da ressurreição dos mortos e da imortalidade da alma, em relação à prática da inumação dos defuntos, assumindo, como pressuposto da reflexão, a Instrução Ad resurgendum cum Christo. A posição catequética, no horizonte do dogma, é problematizada no âmbito da escatologia e da antropologia contemporâneas, a fim de ensejar um contraponto capaz de harmonizar as diversas facetas com que a problemática disjuntiva – aut aut – acerca da ressurreição dos mortos e da imortalidade da alma apresentou-se, na teologia hodierna. A escatologia de Joseph Ratzinger é assumida como referencial teológico fundamental para responder aos inúmeros questionamentos, suscitados pelas análises críticas a respeito da noção, propriamente teológica, de “ressurreição da carne” e suas incidências antropológicas. A imortalidade, segundo a perspectiva ratzingeriana, é compreendida como realidade dialógica, que compreende a matéria, a história e o cosmo, na esfera de uma “última complexidade”.

Palavras-chave: Ressurreição. Imortalidade. Alma. Escatologia. Joseph Ratzinger.

* Antonio Luiz Catelan Ferreira é Doutor em Teologia Dogmática pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma; Professor no Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Contato: catelanferreira@uol.com.br

** Thales Maciel Pereira é mestrando em Teologia Sistemático-Pastoral pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Contato: thalesmaciel@ymail.com

Abstract: This article exposes the understanding of Catholic catechesis regarding the resurrection of the dead and the immortality of the soul in relation to the practice of burial of the dead, assuming the instruction *Ad resurgendum cum Christo* as a prerequisite for reflection. The catechetical position, on the horizon of dogma, is problematized in the context of contemporary eschatology and anthropology, in order to give rise to a counterpoint capable of harmonizing the different facets with which the disjunctive problem – aut aut – concerning the resurrection of the dead and the immortality of the soul has been presented in today's theology. Joseph Ratzinger's eschatology is assumed as a fundamental theological framework to answer the innumerable questions raised by critical analysis regarding the properly theological notion of "resurrection of the flesh" and its anthropological implications. Immortality, according to the Ratzingerian perspective, is understood as a dialogical reality that comprises matter, history and the cosmos in the sphere of a "last complexity".

Keywords: Resurrection. Immortality. Soul. Eschatology. Joseph Ratzinger.

Introdução

O presente texto objetiva expor e analisar, teologicamente, a correlação entre ressurreição dos mortos e imortalidade da alma, na visão escatológica de J. Ratzinger, desenvolvida em dois livros específicos: *Introdução ao cristianismo* (1956) e *Escatologia: morte e vida eterna* (1977)¹. Esta análise será perspectivada da seguinte maneira: assumiremos como ponto de partida o texto do *Catecismo da Igreja Católica*², cuja antropologia e escatologia servirão de critério hermenêutico para considerações teológicas, a respeito do sepultamento dos defuntos, de acordo com as orientações da Instrução *Ad resurgendum cum Christo*. O teólogo bávaro assinalou o fato de que o magistério da Igreja, em seus primórdios, não se pronunciou sobre a imortalidade da alma, porque sempre considerou pacificada a fé de que a vida dos mortos não se dissolve no nada. Entretanto, inúmeros questionamentos de teor antropológico se insinuaram, sobretudo nos tempos modernos, ensejando uma posição clara e reflexiva por parte da teologia e magistério católicos.

A ressurreição dos mortos, reconhecida parcialmente, na tradição hebraica intertestamentária, tornou-se credo fundamental dos primeiros

1 Este último livro, com um epílogo de 1990, que tematiza novamente a Imortalidade e a Ressurreição.

2 Na estrutura quaternária do Catecismo, situamo-nos na primeira parte em que se apresenta a profissão de fé, de acordo com antiga tradição catequética, cujo início se dava a partir das confissões batismais (cf. RATZINGER; SCHÖNBORN, 1997, p. 34-36). Evidentemente, serão considerados artigos pontuais do Catecismo, a saber: os parágrafos referentes ao "homem" (CEC 355-384) e à profissão de fé na "ressurreição da carne" (CEC 988-1019).

cristãos, por conta de um fato deveras preciso: a ressurreição de Jesus Cristo. O Catecismo de 1992 funda-se, precisamente, nesse dado, que remete ao modo como os cristãos primitivos assimilaram, na própria vida, a fé na ressurreição. G. Ravasi observa que “desde muitos séculos a teologia cristã procura ir além da pá que enterra um cadáver, e adotou seja a categoria bíblica da ‘ressurreição’ seja a suposta alternativa da ‘imortalidade’ clássica grega” (RAVASI, 2020, tradução nossa).

A antropologia cristã, em suas categorizações, defrontou-se com um instrumental linguístico e conceitual grego que, não raro, manifestava-se em contradição com a fé bíblica. Nesse contexto, a ressurreição dos mortos, a partir da incorporação da noção de imortalidade da alma, foi sendo compreendida no sentido individualista de “ressurreição da carne”, biológica e subjetivamente considerada, sem a necessária abrangência que tal expressão comporta, qual seja: toda carne, toda a humanidade, acenando para a universalidade da esperança da ressurreição.

Após a fase da expectativa de uma consumação escatológica iminente, os cristãos precisaram aprofundar o entendimento a respeito da morte e da ressurreição, pois como poderiam explicar a participação na ressurreição de Jesus Cristo, se os corpos dos fiéis jaziam sepultados? Como, hodiernamente, compreende-se no horizonte cristão o sepultamento dos defuntos? Qual a relação que há entre essa prática e a doutrina cristã a respeito da imortalidade da alma e da ressurreição dos mortos? Tais questões nos acompanharão no percurso deste trabalho e os caminhos de resposta serão balizados pelo pensamento de J. Ratzinger.

1 A relação entre imortalidade da alma e ressurreição dos mortos: Uma perspectiva catequética

1.1 O Catecismo da Igreja Católica de 1992

A *Fides Damasi* (séc. V) afirma a ressurreição no último dia “nesta carne na qual agora vivemos” (DH 72); na mesma época, para o exame antes da ordenação episcopal, perguntava-se ao ordenando sobre a sua fé na ressurreição “desta carne que levamos conosco, não de uma outra carne” (DH 325); de igual modo, expressa-se o Concílio de Toledo (séc. VII), ao falar da ressurreição da carne como nesta “na qual vivemos, subsistimos e nos movemos” (DH 540); no segundo milênio (séc. XIII), o IV Concílio de Latrão continuou a afirmar que “todos ressuscitarão com os próprios corpos com que agora estão revestidos” (DH 801). Tal tradição doutrinal, renovada com a tônica, eminentemente, cristológica da Bula *Benedictus Deus* (1336), estendeu-se no magistério oficial, ao ponto de ser coligida no *Catecismo da Igreja Católica* e de reverberar em documentos importantes, como: *Piam et Constantem* (1963),

Carta sobre algumas questões respeitantes à escatologia (1979), *Problemas atuais de escatologia* (1990) e a própria *Ad resurgendum cum Christo* (2016), que é objeto de nossa avaliação no presente estudo.

Não é possível falar de imortalidade da alma e de ressurreição dos mortos de maneira satisfatória, sem considerar as incidências antropológicas de tais doutrinas, conquanto essas noções sejam de caráter, eminentemente, teológico. Uma compreensão antropológica consistente é relevante para sustentar que a alma humana é imortal e que, ao mesmo tempo, o ser humano é destinado à ressurreição no último dia – como o postula a clássica compreensão católica à qual o *Catecismo da Igreja Católica* faz eco. Por conseguinte, antes de expor a temática da imortalidade da alma e da ressurreição dos mortos, segundo o Catecismo de João Paulo II, é necessário indagar sobre a antropologia, por ele proposta.

A compreensão antropológica do Catecismo de 1992 deve, ao pensamento aristotélico-tomista, a assunção dos conceitos de matéria e forma, para explicar a totalidade do ser humano como sendo uma unidade substancial composta de corpo e alma, respectivamente: matéria e forma.³ Deus teria querido e, por isso, criado a natureza humana desta forma: *corpore et anima unus* (cf. GS 14). Assim, a alma humana, que é espiritual (princípio pelo qual o homem é aberto ao sobrenatural), é abarcada no âmbito da criação divina juntamente com o corpo (material), o que é suficiente para superar qualquer mentalidade pagã, que entende a materialidade como fruto de algum pecado ou de um princípio mau. Conjuntamente com essa fundamentação greco-latina, a antropologia cristã não pôde descurar da imagem bíblica, legada pela tradição semita, que está contida em Gn 2,7 no qual se expressa o ser humano, através das imagens do barro e do hálito da vida, como um *ser vivente*.

O Catecismo reitera a dignidade do corpo, porque entende que é a totalidade humana – corpo e alma – que está destinada a tornar-se em plenitude o Corpo de Cristo. No entanto, insiste que a alma espiritual, criada diretamente por Deus – isto é: não sendo uma produção dos progenitores – é imortal e está destinada à reunião com o corpo, na ressurreição final.

A imortalidade da alma foi definida no V Concílio de Latrão em 1513 (cf. DH 1440). Tal definição comporta o seguinte entendimento: a alma não perece na ocasião da morte, mas, separada do corpo, destina-se à reunião com ele no evento da ressurreição final. Destarte, emerge a pergunta sobre o estado da alma antes

3 A alma, como forma do corpo (matéria), foi assumida oficialmente, no Concílio de Viena, em 1312. Essa compreensão flerta com o hilemorfismo aristotélico, entendendo que as duas realidades integrantes do ser humano não são duas naturezas unidas, mas que a sua união forma uma só e única natureza: a natureza humana. (DH 902). Para um aprofundamento, conferir a síntese de J. B. Libânio: LIBÂNIO, 1985, p. 185.

da ressurreição final. A resposta implicou o aprofundamento de uma escatologia de dupla fase, que pudesse sustentar um “estado intermediário” da alma. As duas fases desse tipo de escatologia são: a morte e o juízo particular; a ressurreição dos mortos e o juízo universal. Aqui, entramos propriamente, na caracterização que o Catecismo faz da ressurreição dos mortos, ou ressurreição da carne.

O texto do Catecismo parte da ressurreição de Cristo, para falar da ressurreição de todo o gênero humano. Dessa forma, entende que: “ressuscitaremos como Ele, com Ele, por Ele” (CEC 995). Trata-se, pois, de uma obra da Santíssima Trindade, que glorifica e reintegra a carne à totalidade da pessoa. Por “carne” entende-se a realidade humana em sua fraqueza e mortalidade, de modo que a fé, na ressurreição da carne, vincula o corpo ao destino sobrenatural da alma. O Catecismo faz notar um dado histórico importante: este artigo foi um elemento essencial da fé cristã, desde seus primórdios.

Não se negligencia, contudo, que houve uma progressividade na revelação e na compreensão da ressurreição corporal dos mortos.⁴ É possível identificar, no Catecismo, ao menos quatro momentos dessa progressão: 1) O Deus de Israel é Deus dos vivos (Mc 12,27; 2Mc 7,9; 2Mc 7,14); 2) Os fariseus e contemporâneos de Jesus esperavam a ressurreição; 3) Jesus se identifica à ressurreição (Jo 11,25); 4) Atribui-se à ressurreição de Jesus uma realidade paradigmática, pela qual se pode interpretar a ressurreição de todos os homens. Evidentemente, salienta o Catecismo, uma fé em tal objeto material engendra dificuldades porque a manifestação fenomenológica de um corpo tão mortal parece contradizer radicalmente a esperança de que um dia ressuscitará para a vida eterna.

A partir da tentativa de fundamentar teológica e historicamente, a fé na ressurreição dos mortos, o Catecismo procede com uma série de definições. Convém expô-las brevemente aqui.

“Ressuscitar” significa que, com a separação de corpo e alma na morte, ocasião em que a alma parte para o encontro com Deus e o corpo sucumbe à corrupção, a alma fica à espera do dia final em que o Deus Onipotente dará vida incorruptível ao corpo integrando-o novamente à alma; ressuscitarão todos os que morreram, uns para a vida eterna e outros para a morte eterna; o modo como isso será operado por Deus não pode ser imaginado mas somente acessado pela fé que assegura: a pessoa ressuscitará com o próprio corpo, doravante glorificado e destinado a uma vida sobrenatural e não mais terrestre, caracterizando-se como um “corpo espiritual” (1Cor 15,44); com relação ao “quando” isso ocorrerá, sustenta-se que se dará no “fim do mundo”,

4 A linguagem do Catecismo enfatiza a integração do corpo no destino final do homem a ponto de usar a expressão “ressurreição corporal dos mortos” (CEC 992) – no original latino: *corporalem mortuorum resurrectionem*.

no “último dia”, identificados com a parusia de Cristo. Ademais, na definição do “quando” da ressurreição dos mortos, postula-se, a partir da teologia batismal, uma *escatologia presente* segundo a qual os crentes já participam em sua vida terrestre na vida celeste do Cristo ressuscitado.

A compreensão antropológica cristã, que adere à noção de imortalidade da alma, e a fé na ressurreição dos mortos repercutem na vida pastoral da Igreja, no modo como ela instrui e prega aos fiéis, na forma como celebra os rituais fúnebres.⁵ Questões práticas também emergem: enterrar o cadáver ou cremá-lo? Haveria uma opção mais condizente com a fé cristã e outra menos condizente e, até mesmo, em oposição a ela? A Congregação para a Doutrina da Fé buscou esclarecer os fiéis católicos com relação a esse tipo de embaraço prático, em 1963 e, mais recentemente, em 2016. Leremos no próximo tópico a instrução dada pela referida Congregação, a partir de uma hermenêutica que a vincule aos dados antropológicos e teológicos do *Catecismo da Igreja Católica*.

1.2 Desdobramentos na Instrução *Ad resurgendum cum Christo*

Em 2016, na solenidade da Assunção da Virgem Santa Maria, a Congregação para a Doutrina da Fé, sob a assinatura dos teólogos Gerhard Card. Müller e Luis F. Ladaria, publicou a Instrução *Ad resurgendum cum Christo*, a respeito do modo de se proceder com os cadáveres dos defuntos. Essa instrução retoma a posição da *Piam et Constantem* de 1963, entendendo que a cremação de cadáveres dos fiéis defuntos não está em contradição com a fé cristã, embora recomende manter o costume de se sepultar os cadáveres.⁶

A referida Instrução apresenta as razões teológicas para se preferir o sepultamento à cremação. Segundo ela, há uma tendência de, com a prática da cremação, opor-se à fé da Igreja. Mas fé com relação a quê? Qual seria o seu conteúdo material?

O ponto de partida é a ressurreição de Jesus Cristo como uma realidade nuclear da fé cristã a qual, conforme antiga tradição, esteve presente no início do anúncio querigmático (cf. 1Cor 15,3-5). Ademais, assume-se a noção da teologia paulina, segundo a qual a ressurreição de Cristo inaugura uma realidade que toca a todo o gênero humano, a começar pela Virgem Maria, assunta aos céus – por isso o contexto da publicação oficial da Instrução se deu

5 São clássicas as expressões latinas que se correlacionam e se vinculam: *lexcredendi, lexcelebrandi, lexvivendi, lexorandi*. Precisamente nesse ordenamento se estrutura o *Catecismo da Igreja Católica*. Há uma relação circular entre essas quatro dimensões, de maneira que uma influi na outra e a alteração da estrutura de uma reverbera nas estruturas das outras. Isso é tão verdade que, como observa J. Ratzinger, conforme se foi abandonando, teologicamente, a noção de “imortalidade da alma”, foi-se banindo o termo “alma” da liturgia, como no exemplo do Missal Romano de 1970 (RATZINGER, 1979, p. 120).

6 Mudança disciplinar consignada no *Código de Direito Canônico* de 1983 e no *Código dos Cânones da Igreja Oriental* de 1990.

na Solenidade da Assunção da Virgem Santa Maria⁷ –, e que se expressa pela compreensão de que Jesus ressuscitou como “primícias” dos que morreram (cf. 1Cor 15,20-22). Contudo, não se negligencia a tensão do “já” e “ainda não” explicitada pela teologia do batismo: Cristo ressuscitará a todos no último dia, mas, pelo Batismo, os fiéis já foram ressuscitados com Cristo (cf. Cl 2,12).

A partir da ressurreição de Cristo e de sua incidência sobre todos os homens, abre-se o entendimento para o significado positivo da morte, segundo o horizonte cristão: a vida, no contexto da morte, não encontra o seu término, mas o seu ponto de culminância, porque redundante na sua transformação. A morte é entendida como o processo pelo qual o espírito separa-se do corpo e, conforme uma antropologia que compreende ser o corpo humano uma realidade integrante da pessoa, postula-se a ressurreição final como um evento em que a intervenção divina opera a reintegração da pessoa mediante a concessão de uma vida incorruptível ao corpo transformado e reunido ao espírito.

Nesse sentido, segundo a supracitada Instrução, a inumação figura como uma “[...] forma mais idônea para exprimir a fé e a esperança na ressurreição corporal” (CDF, 2020)⁸ porque manifesta a esperança de que a partir daqueles restos mortais haverá uma ressurreição final para a glória, indicando com isso a fé, na ressurreição da “carne”, como uma expressão da dignidade do corpo humano, o qual integra a totalidade da pessoa. Ademais, com a inumação, se opõe mais explicitamente, à tendência contemporânea de privatizar a morte e o seu significado, o que a torna um tema tabu.

Ad resurgendum cum Christo espera, por conseguinte, afastar concepções sobre a morte que se julgam errôneas, a saber: 1) o aniquilamento definitivo da pessoa; 2) a fusão com a Mãe natureza ou com o universo; 3) a reencarnação; 4) a compreensão da morte como libertação da “prisão” do corpo. Entende, finalmente, que a cremação não toca o espírito, não impede à onipotência divina ressuscitar o corpo e, em si mesma, não nega a doutrina da imortalidade da alma e da ressurreição dos corpos. Contudo, negam-se as exéquias ao fiel católico que opta pela cremação, com a intenção de se opor à doutrina cristã a respeito da imortalidade da alma e da ressurreição dos corpos.⁹

7 Conforme recentes reflexões mariológicas, os dogmas marianos do primeiro milênio são de ordem cristológica e os dogmas marianos do segundo milênio são de orientação antropológica. Assim, entende-se que, no contexto do dogma da assunção, “Deus antecipou nela [em Maria] o que vai dar a todas as pessoas do Bem, no final dos tempos”, isto é, a reunião da alma com o corpo glorificado na presença de Deus. Segundo A. T. Murad, nota-se aqui uma forma de pensar claramente “dual” e “espaço-temporal”, que não fez a devida atualização na perspectiva de uma escatologia plural e unitária, a qual postula que a ressurreição dos mortos é concomitante ao juízo particular, não havendo um hiato temporal, cujo desfecho final seria a reunião da alma aos restos mortais gloriosamente ressuscitados e transformados (cf. MURAD, 2012, p. 184-190).

8 Abreviação de Congregação para a Doutrina da Fé.

9 A pessoa que optar pela cremação, seguem-se duas prescrições: conservar as cinzas em lugar sagrado; não dividi-las nem dispersá-las.

2 Problemática no horizonte da escatologia e da antropologia teológica

A confrontação dos parágrafos do *Catecismo da Igreja Católica* com a Instrução *Ad resurgendum cum Christo* manifesta que a aplicação prática da doutrina cristã-católica sobre a imortalidade da alma e a ressurreição dos mortos vincula-se, intimamente, a uma antropologia que visa afirmar a unidade substancial da pessoa – *corpore et anima unus* –, mas que diante do fenômeno da morte afirma uma cisão, nessa “unidade substancial”, o que seria um aceno a uma escatologia de dupla fase. Nesse contexto, emergem indagações: a pretensão antropologia integral, presente na doutrina cristã, não contradiz a si mesma, ao postular uma cisão na unidade que é a pessoa humana? Como desembaraçar-se das dificuldades apresentadas pela noção de “estado intermediário da alma”? Em contrapartida, se o corpo não é integrado na definitividade da vida, não se estaria desconsiderando a importância da realidade material?

J. Ratzinger apresenta o relativo consenso que a consciência eclesial compartilhou a respeito do estado do ser humano após a sua morte e antes da ressurreição final. O termo “alma”, desde a época dos Padres da Igreja e, sobretudo, na teologia de Santo Tomás de Aquino, consolidou-se como uma palavra fundamental, para designar o “eu” pessoal que, no pós-morte, goza de vida ainda não identificada com a Ressurreição, cuja ocorrência se dará “no fim dos tempos”. Esta certeza de fé foi perturbada, segundo J. Ratzinger, por Lutero, “[...] para quem a utilização do conceito de alma se tornou problemática, exatamente pelas mesmas razões que, em nossa época, provocaram uma crise na Igreja católica” (RATZINGER, 2019, p. 14). Estas razões referem-se à ideia de que a Igreja não havia se configurado como guardiã da Palavra, mas como a sua corruptora. Tal corrupção, conforme este modo de pensar, verifica-se na incursão de termos e noções extra-bíblicos, para explicar os conteúdos escriturísticos. A Igreja teria abandonado as origens para apegar-se à tradição, negligenciando a revelação divina para agarrar-se a instituições humanas. Essa postura não é capaz de esconder a resistência ao dado filosófico, mas J. Ratzinger sempre o salientará e reafirmará a sua tese, que o acompanha desde o estágio inicial de seu labor teológico: “o Cristianismo da história está fundamentado na fusão da herança bíblica com o pensamento grego” (RATZINGER, 2019, p. 15).

A influência luterana se fez sentir na linguagem teológica e na prática litúrgico-catequética da Igreja. J. Ratzinger nota que o Catecismo holandês abandonou o ensinamento sobre a imortalidade da alma e o Missal de S. Paulo VI fez um uso tímido do termo “alma”, enquanto que o ritual de exéquias alemão o abandonou, completamente (cf. RATZINGER, 2019, p. 16). Mesmo o entendimento das recentes reflexões teológicas, sobretudo de tradição protestante, mostrou-se contrário à noção de imortalidade da alma, porque

compreende que o dado bíblico promete uma ressurreição do ser humano como um todo. Tem-se como certo que a ideia de imortalidade da alma deveu-se a uma incursão oriunda do pensamento grego. Assim, estamos diante de uma questão disjuntiva: ou ressurreição dos mortos ou imortalidade da alma.¹⁰

J. Ratzinger analisa as novas tentativas de solucionar a problemática relação entre imortalidade da alma e ressurreição dos mortos. De início, o teólogo alemão considera insustentável a noção luterana de “homem adormecido” ou a ideia de “sono”. Ademais, aponta para uma corrente de interpretação que, apoiada em E. Troeltsch e K. Barth, empreende uma tentativa de solução, ao afirmar a incomensurabilidade total existente entre o tempo e a eternidade. O argumento consiste no seguinte raciocínio: ao morrer, o ser humano sai do tempo e ingressa na eternidade, no “último dia”, de modo que, estando no intemporal, o homem está no fim do mundo, no dia da ressurreição. Assim, ter-se-ia superado a noção de estado intermediário: “parecia que, com isso, se havia descoberto o ovo de Colombo: a ressurreição tem lugar na morte” (RATZINGER, 2019, p. 19), já que a morte é identificada com o ingresso no último dia.¹¹

Diante desta tese, J. Ratzinger, com sua esgrima argumentativa extremamente precisa, na arte de encadear perguntas, elabora alguns questionamentos: 1) se o homem é indivisível, como explicar que ele ingressou na ressurreição e que, concomitantemente, algo dele ainda permaneceu, inegavelmente, no tempo, encerrado em um túmulo? 2) como afirmar o término da História se ela ainda prossegue? 3) a noção de incomensurabilidade entre tempo e eternidade, entre este mundo e o mundo futuro, em si correta, não extrapola para mal-entendidos, ao associar a ideia de eternidade ao homem? 4) essa tese não restaria tributária de um perpétuo dualismo entre tempo e eternidade? (cf. RATZINGER, 2019, p. 20).

Para J. Ratzinger, a lógica da referida tese desenvolve-se no sentido de tornar “[...] supérfluo um fim temporal para a história e uma realização última para o universo” (RATZINGER, 2019, p. 20). A sua posição orienta-se para uma decisiva afirmação da participação da matéria e do mundo, da história e do cosmo na ressurreição: “[...] a história e o cosmo não permanecem *ao lado* do espírito, para continuar numa eternidade desprovida de significado, ou para mergulhar num nada sem sentido. Na ressurreição, pelo contrário, Deus demonstra, explicitamente, ser o Deus do cosmo e da história” (RATZINGER, 1979, p. 130). Com isso, não se está operando uma imanentização do *eschaton*, pelo contrário, reportando-nos à ressurreição de Jesus Cristo, podemos entender

10 Oscar Cullmann, teólogo de tradição protestante, escreveu uma obra, cujo título já manifesta a disjunção da questão – em português seria: *Imortalidade da alma ou ressurreição dos mortos?*

11 R. A. de Oliveira fornece um útil balanço da resposta de J. Ratzinger, diante da tese da “ressurreição na morte” veiculada, principalmente, por G. Greshake (cf. OLIVEIRA, 2017, p. 669-670).

que “[...] a essência da ressurreição está precisamente no fato de que ela rompe a história e inaugura uma nova dimensão que, habitualmente chamamos de dimensão escatológica. A ressurreição descerra o espaço novo que abre a história para além de si mesma e cria o definitivo” (RATZINGER, 2011, p. 245).

O tema da imortalidade da alma e da ressurreição dos mortos, em sua referência ao conceito de carne, passou a integrar, sobretudo após o Concílio Vaticano II, o rol dos assim chamados “teologúmenos” escatológicos. São assuntos a serem aprofundados, pois devem estar em diálogo com a racionalidade moderna e com as ciências. Precisamente, neste contexto, L. C. Susin afirma que “a teologia é convidada a facilitar a compreensão do destino humano e do mundo” (SUSIN, 2018, p. 34).

A perspectiva latino-americana também ofereceu elementos próprios para o debate acerca da ressurreição dos mortos e da imortalidade da alma. M. C. Bingemer e J. B. Libânio, na obra *Escatología Cristiana*, apresentam perspectivas relevantes para o nosso objeto de estudo. Muito sumariamente, apontamos a seguir, alguns pontos importantes da escatologia atual, no confronto com a temática abordada neste artigo.

A cosmovisão sobre o além morte é diversa em cada grupo social. Considere-se, por exemplo, que no mundo dos pobres, a morte tem um caráter precoce e injusto. Destarte, o enfoque demasiado na categoria “alma”, subjetivamente, considerada, pode levar a uma paciência sem compromisso com a situação injusta, que cerca o referido grupo social, considerando que, muitas vezes, espera-se a consumação da própria existência no além-mundo, descomprometida com o presente, que exige engajamento. Deste modo, o esquema tradicional da alma, compreendida como realidade separada do corpo, não é capaz de expressar o caráter comunitário e coletivo da luta e da morte (cf. LIBÂNIO, 1985, p. 182-183). O dogma da ressurreição final, afirma Libânio, “[...] tem que dizer algo para essas comunidades, no sentido de uma esperança em relação ao futuro e de alento em relação ao definitivo, já presente nas lutas e no martírio das comunidades” (LIBÂNIO, 1985, p. 184, tradução nossa).

É importante não avançar nesta perspectiva da teologia latino-americana, sem antes considerar que, na *Spesalvi*, J. Ratzinger-Bento XVI situam a esperança na vida eterna e na ressurreição, no âmbito da questão sobre o estabelecimento da justiça: “a perspectiva transcendente e pós-mortal possibilita uma justiça, por parte de Deus, para todos os que morreram, especialmente para as vítimas e para os inocentes que sofreram injustamente” (ELENA, 2009, p. 188, tradução nossa). São profundas as conclusões do Papa-teólogo, derivadas da cristologia do Verbo encarnado vinculada à do Servo sofredor:

Agora, Deus revela a sua Face, precisamente na figura do servo sofredor que partilha a condição do homem abandonado por Deus, tomando-a sobre si. Este sofredor inocente tornou-se esperança-certeza: Deus existe, e Deus sabe criar a justiça, de um modo que nós não somos capazes de conceber, mas que, pela fé, podemos intuir. Sim, existe a ressurreição da carne. Existe uma justiça. Existe a “revogação” do sofrimento passado, a reparação que estabelece o direito (SS 43).

A revisão do subjetivismo, com o qual não raras vezes se considerou a ressurreição, deve clarificar que a posição da teologia católica não converge com a identificação entre a fé na imortalidade da alma e a pretensa autonomia imortal do ser humano. Libânio assegura que “o fundamento da imortalidade da alma está no ato criador de Deus, que chama o homem para ser companheiro livre e responsável” (LIBÂNIO, 1985, p. 192, tradução nossa). Essa liberdade na responsabilidade só é, corretamente, compreendida a partir do seu fundamento dialógico, pois a estrutura humana é dialógica, constitui-se como abertura ao outro e ao totalmente Outro.

Libânio entende que o problema da imortalidade da alma e o da alma separada é uma questão hermenêutica. Para uma correta interpretação da fé, neste dado, ele indica que a teologia possui “dois olhos”: um olhar, propriamente, teológico com linguagem e epistemologia próprias; e outro olhar, voltado para a realidade presente, social e cultural. Trata-se, pois, de dar razão da esperança (cf. 1Pd 3,15), conferir o verdadeiro fundamento da esperança na ressurreição, como obra de Deus (cf. 2Mc 7,14).

A esperança do futuro escatológico vincula-se à “esperança em” de que fala O. F. Piazza, a qual “ativa eticamente o presente” (PIAZZA, 2004, p. 68). O referido autor diferencia “esperança de” de “esperança em”. O primeiro modo de esperança refere-se ao campo das possibilidades de realização humana, algo que está ao alcance do fazer, propriamente, humano; já o segundo, abre-se para o inesperado, o inverossímil, o ilógico, o mistério, de modo que lança a esperança para além do jogo infra-histórico e a coloca em relação de abertura a alguém, aos outros, ao totalmente Outro (cf. PIAZZA, 2004, p. 59-60).

É a partir da vida de Jesus Cristo, que o inesperado se manifesta como imprevisível, pois “a morte não prevê a vida, mas o aniquilamento. Além dessa novidade-surpresa, o inesperado assume o caráter de unicidade: nada pode ser imaginado e previsto que seja tão grande” (PIAZZA, 2004, p. 61). Assim, entende-se que o paradigma para se compreender o ser humano e o seu futuro é a vida de Jesus Cristo: a referência fundamental é, precisamente, a sua vida, a sua morte de cruz e a sua ressurreição.

A partir da vida de Jesus de Nazaré, a esperança de um futuro digno, justo e fraterno, a esperança de uma justiça aplicada ao ser humano integral, demanda um engajamento radical. Se, pela reserva escatológica, aguardamos

uma intervenção divina que justifique os corpos (isto é, as vidas), dilacerados pela fome, pela miséria e pela violência, devemos entender que essa esperança é ativa, isto é, engaja-nos no presente, tensionado pela dinâmica do futuro adventício. As injustiças sofridas por Jesus – o Último – torna-se presente nos últimos de nossos dias, por isso “[...] o passado cristológico revela-se, para o homem e para o mundo, como um futuro definitivo e, portanto, escatológico” (PIAZZA, 2004, p. 81).

A estrutura dialógica que constitui o ser humano é uma perspectiva que conserva relação com a escatologia ratzingeriana. A seguir, explanaremos o modo como J. Ratzinger respondeu à questão, muitas vezes empostada de modo disjuntivo, da relação entre ressurreição dos mortos e imortalidade da alma.

3 A caracterização do problema na perspectiva ratzingeriana da imortalidade dialógica

Segundo J. Ratzinger, a ressurreição dos mortos é o modo como o Novo Testamento manifesta a sua esperança de imortalidade, de maneira que não há, na origem da fé cristã, doutrinas paralelas que prosseguissem independentemente – imortalidade da alma e ressurreição dos mortos (cf. RATZINGER, 2011, p. 256). Assim, a forma como o dado bíblico enuncia o destino derradeiro do ser humano está contido na esperança da ressurreição dos mortos. Simplesmente, não é possível adicionar a ideia de imortalidade da alma, autonomamente, considerada, à de ressurreição dos mortos, como se não fossem visões profundamente divergentes a respeito do destino final do ser humano e da compreensão antropológica subjacente.

A antropologia grega entendia a natureza humana como a reunião de duas substâncias estranhas entre si: a alma e o corpo. A primeira, imperecível, imortal, pré-existente, independente da matéria e nobre; a segunda, perecível, mortal, situada temporalmente e entendida de maneira vil, muitas vezes caracterizada como cárcere da alma (cf. RUBIO, 2001, p. 97-101). Já a compreensão bíblica postula a indivisibilidade do ser humano. Esse fato é observado por J. Ratzinger, inclusive do ponto de vista linguístico: “[...] a Bíblia nem tem palavra para designar apenas o corpo (separado e distinto da alma) [...]” (RATZINGER, 2011, p. 257). Por conseguinte, quando a Bíblia fala em “alma” está fazendo referência ao ser humano, integralmente considerado. Neste contexto, “a ressurreição dos mortos (não dos corpos!), de que fala a Bíblia, refere-se portanto à salvação do ser humano *uno* e indiviso, e não apenas ao destino de uma metade do homem (eventualmente até secundária)” (RATZINGER, 2011, p. 257). Com isso, entende-se que a ressurreição dos mortos não tem cadáveres como objeto, mas sim a pessoa, em sua unidade indivisível.

Ao assumir a ressurreição dos mortos como biblicamente legítima, como abordar a noção de imortalidade? Deveria ser rechaçada, como decisivamente incompatível com a fé cristã? Ou poderia ser integrada, a partir de uma reorientação na maneira de compreendê-la? Seria possível vincular uma antropologia integral, que abarque a ressurreição dos mortos, a uma escatologia que postule a assunção da realidade material, como o profeta a Instrução *Ad resurgendum cum Christo*?

Parece-nos fundamental, como indicações de possíveis respostas a questões complexas como estas, a tríplice compreensão da imortalidade, apresentada por J. Ratzinger, a saber: 1) biblicamente, a ressurreição designa a imortalidade da pessoa, integralmente considerada; 2) tal imortalidade deve ser entendida como “imortalidade dialogal”, isto é, a imortalidade não é uma propriedade da pessoa, nem tampouco de um elemento do seu ser (a alma), mas é fruto de uma ação salvífica de Deus; 3) esta imortalidade deve ser compreendida no âmbito da comunhão, pois a ressurreição dos mortos se plenificará nos “últimos tempos” de maneira que compreende a comunhão com todos os seres humanos, sem os quais é impossível inteligir a subjetividade (cf. RATZINGER, 2011, p. 257-258).

Embora destine-se aos “últimos tempos”, a ressurreição dos mortos – compreendida em estrita ligação com a parusia de Cristo – não é datável, nem pode ser alocada em determinado estágio (início, meio ou fim), porque o evento Jesus Cristo, apreendido, crido e anunciado pela Igreja, é a própria ressurreição. Aqui, a fundamentação cristológica explicita-se: Jesus é a ressurreição e a vida (cf. Jo 11,25); crer em Jesus é estar na posse da vida eterna (cf. Jo 3,15s; 3,36; 5,24). Ademais, a discussão a respeito do “estado intermediário”, neste contexto, recebe um novo enfoque, pois, em conformidade com a teologia joanina (cf. MATEUS; BARRETO, 1999, p. 478-508), a ressurreição se verifica *hic et nunc*, uma vez que a relação com Cristo mediante a fé introduz a pessoa na definitividade da vida, a qual não pode ser destruída nem mesmo pela morte.

O próprio J. Ratzinger assume a teologia joanina sobre a ressurreição – que, antes de tudo, é cristologia – e afirma:

[...] o vínculo com Jesus é agora ressurreição; onde quer que se tenha estabelecido a comunhão com ele, a fronteira da morte se encontra superada, aqui e agora. [...] A ressurreição não aparece como um acontecimento distante, apocalíptico, mas como um evento no *hic et nunc*. Onde quer que o homem se introduza no Eu de Cristo, ele já se encontra no espaço da vida definitiva (RATZINGER, 2020, p. 140-141).

Esta compreensão, entretanto, não é assumida por J. Ratzinger, no sentido bultmanniano, que tende a considerar os elementos joaninos concernentes a uma ressurreição futura (cf. Jo 6,39-41; 6,44-54; 11,24; 12,48),

como “[...] acréscimos de uma redação eclesiástica posterior” (RATZINGER, 2020, p. 141). A abordagem ratzingeriana acolhe o dado “presente” sem descurar do fato de que ele tenciona o futuro: “[...] a nova vida começa já agora e não é mais interrompida; mas, por outro lado, [...] essa vida diz respeito à transformação da vida, à totalidade do homem e à totalidade do mundo” (RATZINGER, 2020, p. 142).

J. Ratzinger entende ser necessário restaurar a noção de alma para se compreender, adequadamente, o destino final do ser humano, em sua fundamentação cristológica e antropológica. Para tanto, é preciso reconhecer que o patrimônio linguístico tradicional, ao fazer uso da palavra “alma” visava compreender o “eu” humano e não um elemento, digamos, sectário de seu ser. Esta linguagem – ou o abrigo linguístico fornecido pela palavra “alma” – foi afirmada pela Congregação para a Doutrina da Fé, em 1979, na *Carta sobre algumas questões respeitantes à escatologia*.

É importante, a este respeito, não descurarmos da ocorrência de uma teologia da polissemia, conforme o indica A. Gesché, capaz de situar, adequadamente, o que se quer dizer com os termos “alma” e “corpo” em cada contexto de sua aplicação teológica. Por exemplo, ao utilizarmos a palavra corpo, podemos referir-nos a aspectos da realidade ou até mesmo a realidades distintas: corpo próprio, corpo de Deus, corpo do outro, corpo eucarístico, corpo escatológico *et cetera* (cf. GESCHÉ, 2009, p. 42-63).

É possível, a partir dessa teologia da polissemia, entender que, segundo J. Ratzinger, o problema da linguagem é fundamental para o aprofundamento da questão erigida no âmbito deste artigo. No entanto, a linguagem teológica é decodificada no problema da relação com a Tradição. Romper com a Tradição é sempre um ato que possibilita revoluções em temas teológicos.¹² Precisamente por isso, a reflexão de J. Ratzinger insere-se no âmbito da Tradição, buscando identificar o que subjaz sob o abrigo da linguagem. Nesse sentido, duas conclusões ratzingerianas são fundamentais, as quais delinaremos, sumariamente, a seguir.

1) “Pode-se provar, historicamente, sem ambiguidade, que o conceito de alma na tradição cristã não representa, em grau nenhum, uma simples transposição do pensamento filosófico” (RATZINGER, 2019, p. 24)¹³, dado que a fé cristã forneceu uma singularidade à noção de alma, cuja novidade reside na clássica fórmula de Sto. Tomás de Aquino: “a alma é a forma do corpo”, e que supera tanto o monismo quanto o dualismo. Aqui, J. Ratzinger entende

12 J. Ratzinger desenvolveu em diversas oportunidades a sua teologia a respeito da Tradição, citamos, especialmente, a sua contribuição contemporânea ao Concílio Vaticano II: cf. RATZINGER, 1968, p. 15-59.

13 Este texto também comparece em: RATZINGER, 2020, p. 289-310.

aproximar-se da perspectiva de Greshake¹⁴, pois, se toda a vida humana integra a matéria, o evento da morte e da ressurreição não pode prescindir dela. A tese ratzingeriana central a respeito da tradição assumida pelo cristianismo, nos primeiros séculos, no que se refere aos conceitos de alma, ressurreição e imortalidade, é a seguinte: “[...] as ideias que se desenvolveram na Igreja antiga, sobre a sobrevivência do homem entre morte e ressurreição, apoiam-se nas tradições judaicas da existência do homem no sheol, tradições que, no Novo Testamento, foram transmitidas sobre uma base cristológica” (RATZINGER, 2020, p. 169). Neste sentido, o elemento novo da compreensão cristã não advém do helenismo, mas da fé no Senhor ressuscitado: “[...] o elemento decididamente novo, que distingue o cristianismo do Judaísmo, é a fé no Senhor ressuscitado, no agora de sua Vida, que também transforma a fé num agora e a preenche, ao mesmo tempo, com a certeza da própria ressurreição” (RATZINGER, 2020, p. 153). No fundamento cristo-teológico reside a posição cristã a respeito da ressurreição, de modo que não há nenhum processo com o escopo de dogmatizar alguma antropologia específica; há, claramente, uma afirmação cristológica com incidência antropológica.

2) O desejo inato do ser humano de “durar mais”, de perpetuar-se, a vontade de viver (o instinto de sobrevivência, diria as ciências naturais), tem o seu fundamento, segundo J. Ratzinger, na experiência do amor. Precisamente esta tese constitui o núcleo da contribuição ratzingeriana ao problema da ressurreição dos mortos e da imortalidade da alma. A imortalidade não é atributo próprio do ser humano, mas expressão do seu ser em relação: “se o homem pode viver eternamente, é porque ele é capaz de se manter em relação com quem dá a eternidade” (RATZINGER, 2019, p. 26). A “alma” passa a ser entendida como a realidade que torna o homem capaz de conservar as suas relações de amor com o Eterno e que possibilita à matéria ser capaz da ressurreição: “[...] a verdade que é amor, ou seja, Deus, confere ao homem a eternidade, e, como há matéria que esteve integrada ao espírito humano, à alma humana, a matéria atinge no homem uma capacidade de aperfeiçoamento que a conduz à Ressurreição” (RATZINGER, 2019, p. 26).

O que a razão filosófica havia vislumbrado disforme e vagamente a respeito da imortalidade e da eternidade tornou-se deveras palpável no cristianismo, ou melhor, na pessoa Jesus Cristo. No ser e na missão de Jesus, a verdade (cf. Jo 14,6), a ressurreição e a vida (cf. Jo 11,25) manifestaram-se com um personalismo inaudito: “[...] a fé na ressurreição não aparece como parte de uma especulação cósmica ou histórico-teológica, mas está vinculada a uma Pessoa, a Deus em Cristo” (RATZINGER, 2020, p. 139). Estar em relação

14 Não obstante as suas inegáveis divergências, sobretudo no que concerne à noção de abertura e de fim da história, isto é, à questão do Último Dia.

com Cristo é o próprio conteúdo da ressurreição e da imortalidade, de maneira que “[...] a fé na imortalidade e na ressurreição é finalmente idêntica à fé em Deus” (RATZINGER, 2019, p. 27).

A referência cristológica da ressurreição, que comparece na abordagem do Catecismo de 1992, é adequada para expressar um correto entendimento do que significa imortalidade do ponto de vista cristão. J. Ratzinger, respondendo ao simplismo substancialista que considera a alma como autônoma, de maneira que a imortalidade lhe seria um atributo inerente, argumenta a partir da ideia da imortalidade dialogal. Apraz ao teólogo bávaro citar Gabriel Marcel, para afirmar que “amar um homem equivale a dizer: não morrerás” (MARCEL apud RATZINGER, 2015, p. 366, tradução nossa). E aqui está o núcleo de sua concepção: é o amor, ou seja, o Deus amor, que confere vida definitiva à criatura amada.

Combinando as diversas tradições neotestamentárias com as interpretações patrísticas, J. Ratzinger insere em primeiro plano a vida eterna como relacionalidade: “a vida eterna é esta: que eles te conheçam” (Jo 17,3). Aliás, a noção de relacionalidade é fundamental em sua cristologia, manifestando-se, com toda coerência, como um conceito chave em sua escatologia: “contemplar a Deus: isso é vida” (RATZINGER, 2020, p. 174). Não só a teologia bíblico-patrística comparece em sua reflexão. Sto. Tomás de Aquino, com sua clássica definição antropológica – *anima forma corporis* –, é apresentado como o teólogo que foi capaz de expressar a abertura humana para Deus, sem descurar da matéria, mas integrando-a no processo escatológico consumidor.

O dialógico da antropologia tem a sua condição de possibilidade no dialógico da cristologia.¹⁵ Como Cristo manteve Pedro em pé sobre as águas, só ele pode impedir que a vida humana naufrague no nada. Isso, no entanto, não significa a ocorrência de um excessivo supranaturalismo na escatologia ratzingeriana. J. Ratzinger entende que “[...] por sua própria essência, o homem está criado numa relação que implica a indestrutibilidade” (RATZINGER, 2020, p. 177). Destarte, não é a ipseidade do homem que o faz imortal, mas a sua abertura a Deus, o eterno. Assim o é de tal modo que “[...] essa abertura da existência não representa um acréscimo a um ser que existiria independentemente disso, mas constitui o mais profundo da essência humana: essa abertura é, precisamente, aquilo que chamamos ‘alma’” (RATZINGER, 2020, p. 177). A alma, mais uma vez, é entendida por J. Ratzinger, fundamentalmente, na clave da relacionalidade. A esta altura, atingimos a síntese de sua compreensão a respeito da imortalidade: “a imortalidade baseia-se numa relação que nos é concedida; mas é precisamente assim que ela

15 A esse respeito, conferir as conclusões do estudo de Farias, que demonstram a tônica fundamentalmente cristológica da escatologia de J. Ratzinger (cf. FARIAS, 2010).

também representa uma exigência para nós mesmos” (RATZINGER, 2020, p. 179).

Compreendida como relação, a imortalidade não pode restringir-se ao “eu” que se relaciona com o Totalmente Outro. Uma vez que ela decorre de uma afirmação a respeito de Deus – do Deus dos vivos que não permite o fracasso de sua criatura –, a imortalidade figura no âmbito da esperança cristã a respeito da salvação do homem em sua totalidade, aberto à transcendência e integrado à matéria, relacionando-se com Deus e inter-relacionando-se com todos os seres humanos: “o homem não dialoga solitariamente com Deus, nem ingressa com Ele numa eternidade que só pertenceria ao homem, mas o diálogo cristão com Deus passa precisamente através dos homens” (RATZINGER, 2020, p. 181). É perceptível, aqui, a força da eclesiologia do Corpo de Cristo e da noção de *communio sanctorum*, na escatologia de J. Ratzinger: “[...] cada homem existe em si e fora de si; cada um existe, ao mesmo tempo, nos outros, e o que acontece no indivíduo singular tem efeito sobre o conjunto da humanidade, dá-se também nele. Desse modo, Corpo de Cristo quer dizer que todos os homens são um organismo e que, por isso, o destino do todo é também o destino de cada um” (RATZINGER, 2020, p. 213).

Não é possível, considerando os limites inerentes à presente pesquisa, avançarmos mais nas categorizações e nas análises que J. Ratzinger empreende a respeito da imortalidade da alma e da ressurreição dos mortos nas tradições do Novo Testamento, nos Padres e na história da teologia. Entretanto, precisamos ainda indicar a sua posição sobre a “ressurreição da carne” a fim de que tal posicionamento ofereça critérios hermenêuticos ao conteúdo da Instrução *Ad resurgendum cum Christo*.

Precisamos ir direto ao ponto: J. Ratzinger não endossa a tese da ressurreição no momento da morte. Para ele, essa tese opera uma destemporalização e uma desmaterialização da ressurreição. E mais, retira a vinculação básica do homem com a história, constituindo-se como uma justaposição entre mundo material e mundo espiritual, cujo dualismo salta aos olhos porque está, evidentemente, em contradição com o sentido bíblico da história. Para o teólogo bávaro, mesmo morto, o homem permanece relacionado à história a partir da qual o seu ser se perfez. Desse modo, “[...] enquanto haja verdadeiramente história, ela continua a ser realidade também para além da morte e não pode ser declarada como suprimida, no último dia eterno” (RATZINGER, 2020, p. 211).

Como não poderia ser diferente, J. Ratzinger considera que a imagem paulina de 1Cor 15,35-53, abarcando o corpo anímico (adâmico) e o corpo pneumático, não resvala nem no fisicalismo nem no espiritualismo, mas apresenta de maneira convincente o realismo pneumático. Embora a compreensão paulina deixe em aberto a questão da materialidade do corpo ressuscitado, é inegável que tinha por certo a participação da totalidade da

criação de Deus na salvação (cf. RATZINGER, 2020, p. 194). Como asseverou F.-J. Nocke, para Paulo, “[...] sem dúvida, também fazem parte da salvação a consumação da História e a salvação do ser humano corporal em seu todo” (NOCKE, 2012, p. 385). Para esse primeiro estágio da reflexão teológica, era claro que “[...] ‘ressurreição da carne’ só significa ressurreição das criaturas se, por esse conceito, também se entende a ressurreição do corpo” (RATZINGER, 2020, p. 197). Coube à evolução do dogma – como observamos no início do primeiro tópico deste artigo – operar, sistematicamente, a identificação entre o corpo terreno e o corpo ressuscitado.

Embora já tenhamos indicado, é preciso ressaltar que J. Ratzinger encontra na definição aristotélico-tomista de alma como forma do corpo o seu argumento mais persuasivo acerca da necessidade da corporeidade e de sua irrevogável vinculação com a matéria¹⁶: alma e corpo estão em referência recíproca e só são realidade, sendo um a partir do outro. Isso significa que: “[...] a alma jamais pode abdicar totalmente da relação com a matéria” (RATZINGER, 2020, p. 200).

Colocamo-nos, a nós mesmos, no âmbito de uma problemática teológica delicada e com inúmeras nuances. J. Ratzinger deteve-se na obra de muitos autores e acompanhou, com proximidade, a evolução da discussão na teologia contemporânea (cf. RATZINGER, 2020, p. 261-286). A prudência aconselha-nos a não sobrepujar quanto o próprio teólogo afirmou e indicou em seus textos. Por isso mesmo, nada melhor que concluir com as suas próprias palavras.

Em conclusão: não há maneira alguma de imaginar o mundo novo. Tampouco dispomos de alguma classe de enunciados concretos que nos ajudem a imaginar, de alguma maneira, a relação do homem com a matéria no mundo novo, ou como será o “corpo ressuscitado”. Porém, temos a certeza de que o dinamismo do Cosmos conduz a uma meta, a uma situação na qual a matéria e o espírito se relacionarão, mutuamente, de uma maneira nova e definitiva. Essa certeza continua ainda hoje, e precisamente hoje, a ser o conteúdo concreto da crença na ressurreição da carne (RATZINGER, 2020, p. 217).

Conclusão

Na pregação cristã e na pastoral, as distinções e as nuances são frequentemente eliminadas em prol de uma simplificação que beira o simplismo. Isso não significa fracasso do anúncio, do kerygma, pelo contrário,

16 Não se negligencie, contudo, que J. Ratzinger não faz uma simples transposição desse conceito aristotélico-tomista. Ele entende que “[...] a restauração pura e simples de um tomismo consequente não representa solução alguma” (RATZINGER, 2020, p. 203). Assim, o corpo deve ser pensado a partir do núcleo da pessoa e não da mera materialidade.

“se, no caminho de sua reflexão o kerygma se dissolve, então não foi o kerygma quem fracassou, mas a Teologia” (RATZINGER, 2020, p. 277). Assim, como um movimento pendular, a pregação sobre o destino final do ser humano centrou-se, ora na categoria da alma, ora na categoria da ressurreição imediata. Ambas as tendências desvinculam-se da dimensão corporal, negligenciando toda relação com o mundo, com a carne e com a história. É justamente no âmbito da prática pastoral que se situam as indagações do presente texto. O que as comunidades e seus líderes têm pregado no que se refere ao destino final do ser humano? Como se tem celebrado os ritos fúnebres? Qual a consciência de fundo?

A Comissão Teológica Internacional, em 1990, fez notar a importância da convergência entre *lexorandi* e *lexcredendi*, indicando que na prática litúrgica deve sobressair o núcleo cristológico de todos os enunciados escatológicos. O rito de exéquias, ao suplicar ao Senhor que acolha a alma do fiel, indica uma sorte individual que está intimamente vinculada à consumação futura do mundo, isto é, à sorte de todos, do todo (CTI, 11).

De acordo com o testemunho bíblico, podemos entender a ressurreição no sentido de “vida” mantida, dada e plenificada pelo Deus Onipotente, que conhece e ama o ser humano. A compreensão da alma que se separa do corpo e aguarda em um período intermediário a ressurreição, que operaria a sua reunião com o mesmo corpo, entretanto, glorificado, parece não encontrar fundamento no Novo Testamento. No entanto, a afirmação luterana de que a morte seria o ingresso em um “sonho” sempre figurou para J. Ratzinger, como um eufemismo incapaz de explicar o processo que ocorre com a morte de um ser humano.

Conforme a imagem paulina de 1Cor 15,35-53, a corruptibilidade não pode herdar a incorruptibilidade. Ora, se a ressurreição dos mortos, ou da carne¹⁷, não se refere aos organismos biológicos, quer isso dizer que a materialidade não figurará na ressurreição? E, se a materialidade não tem relevância para o desencadeamento escatológico final, a Instrução *Ad resurgendum cum Christo* não seria um completo *nonsense*, devedor de uma compreensão mitológica da realidade humana?

J. Ratzinger fala de uma última complexidade em que o mundo material encontraria a sua unidade em uma vinculação derradeira entre matéria e espírito.¹⁸ Neste sentido, entende-se que a ressurreição diz respeito

17 Conforme observamos anteriormente, no Catecismo o vocábulo “carne” designa o ser humano em sua fragilidade/mortalidade; no grego bíblico, podemos entender o termo no sentido de *soma* – corpo que se identifica ao “eu” pessoal – ou de *sarx* – a realidade histórico-terrena da pessoa enquanto situada no mundo físico-químico (cf. RATZINGER, 2011, p. 262). A expressão “ressurreição da carne”, preferida pelo Ocidente, indica toda a humanidade, “toda carne”, fazendo eco à terminologia judaica (cf. Sl 136,25; Jr 25,31; Sl 65,3).

18 Embora reconheça não ser possível definir o “modo” como isso se dará.

ao futuro do homem, não em sua mera subjetividade, mas em sua vinculação com o todo, isto é, na dimensão comunitária da imortalidade. Ora, se assim o é, a ressurreição também diz respeito ao espaço, ao tempo e à matéria, dado que representam um momento na história do espírito.

Referências

BENTO XVI, PP. *Spesalvi*. Disponível em: http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20071130_spe-salvi.html. Acesso em: 06 ago. 2020.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002. Nova edição, revista e ampliada.

CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 2000.

CATECHISMUS CatholicaeEcclesiae. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/catechism_lt/index_lt.htm. Acesso em: 17 out. 2020.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *Problemiattualidi escatologia*. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_1990_problemi-attuali-escatologia_it.html. Acesso em: 20 set. 2020.

CONCÍLIO VATICANO II. Gaudium et Spes. In: *Compêndio do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1968. p. 141-256.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Ad resurgendum cum Christo*. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20160815_ad-resurgendum-cum-christo_po.html. Acesso em: 02 mai. 2020.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Carta sobre algumas questões respeitantes à escatologia*. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19790517_escatologia_po.html. Acesso em: 03 out. 2020.

ELENA, S. del C. *Spesalvi* y laEscatologíacristiana. In: MADRIGAL, S. (ed.). *El pensamiento de Joseph Ratzinger*. Teólogo y Papa. Madrid: San Pablo, 2009.

FARIAS, J. J. F. de. A escatologia cristã e o platonismo. O contributo de Joseph Ratzinger para a desconstrução de um postulado. *Didaskalia*, Lisboa, v. 40, n. 1, p. 23-36, 2010.

GESCHÉ, A.; SCHOLAS, P. (orgs.). *O corpo, caminho de Deus*. São Paulo: Loyola, 2009.

- HEINRICH, D. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. 2.ed. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2013.
- LIBÂNIO, J.B. La resurreccion de losmuertos y elfindel mundo. In: LIBÂNIO, J.B.; BINGEMER, M. C. *Escatología Cristiana: El nuevocielo y lanuevatierra*. Buenos Aires: Paulinas, 1985.
- MATEUS, J.; BARRETO, J. *O Evangelho de São João: Análise linguística e comentário exegético*. São Paulo: Paulus, 1999.
- MURAD, A. T. *Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia*. São Paulo: Paulinas; Aparecida: Santuário, 2012.
- NOCKE, F.-J. Escatologia. In: SCHNEIDER, T. (ed.). *Manual de Dogmática*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 339-426.
- OLIVEIRA, R. A. de. A ressurreição na morte ou no “último dia”? o estado intermediário no debate escatológico do século XX. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 49, n. 3, p. 653-680, set./dez. 2017.
- PIAZZA, Orazio Francesco. *A esperança: lógica do impossível*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- RATZINGER, Joseph. Exame do Problema do Conceito de Tradição. In: RAHNER, Karl; RATZINGER, Joseph. *Revelação e Tradição*. São Paulo: Herder, 1968. p. 15-59.
- RATZINGER, J.; SCHÖNBORN. *Breve introdução ao Catecismo da Igreja Católica*. Aparecida: Santuário, 1997.
- RATZINGER, J. *Escatologia: morte e vita eterna*. Assisi: Cittadella, 1979. v. 9.
- _____. *Introdução ao Cristianismo*. São Paulo: Loyola, 2011.
- _____. *Jesus de Nazaré: da entrada em Jerusalém até a ressurreição*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.
- _____. *Gesù di Nazaret: Scritti di cristologia*. Città del Vaticano: Vaticana, 2015. (Opera Omnia, VI, II).
- _____. Entre a morte e a ressurreição. In: *A grande esperança: textos escolhidos sobre escatologia*. São Paulo: Paulus, 2019.
- _____. *Escatologia: morte e vida eterna*. São Paulo: Molokai, 2020.
- RAVASI, G. *Aldilà, Il caso dell'«anima» fraimmortalità e/o risurrezione*. Disponível em: <https://www.avvenire.it/agora/pagine/aldila-fra-immortalita-e-risurrezione>. Acesso em: 12 set. 2020.

RUBIO, A. G. *Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé da reflexão cristãs*. São Paulo: Paulus, 2001.

SUSIN, L. C. *O tempo e a eternidade: a escatologia da criação*. Petrópolis: Vozes, 2018.

Artigo recebido em 31/10/2020 e aprovado para publicação em 11/11/2020

ISSN online 2763-6992

ISSN impresso 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v20i39-2021-3>

Como citar:

FERREIRA, Antonio Luiz Catelan; PEREIRA, Thales Maciel. Ressurreição dos mortos e imortalidade da alma: um diálogo entre a perspectiva catequética e a escatologia de Joseph Ratzinger. *Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 39, p. 53-74, jan./jun. 2021. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br